

MOBILIZAR PARA BARRAR A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Na presente edição, o Jornal da Adunicamp lança o debate sobre a plataforma política que o governo FHC deseja pôr em prática. As chamadas "reformas estruturais" que vêm sendo propostas pelo governo, inspiradas no neoliberalismo, podem representar ainda mais restrições aos direitos trabalhistas e previdenciários, abertura do mercado nacional e fim das estatais, bem como a quebra do monopólio em setores estratégicos, entre outras coisas. Consideramos que essa ofensiva neoliberal, verdadeiro desmonte do Estado Nacional, precisa ser urgentemente contida. Para barrá-la, é necessário um firme posicionamento dos setores sociais comprometidos com o desenvolvimento e a soberania nacional.



CUBA

Membros da comunidade universitária relatam como anda a vida na Ilha de Fidel.

Páginas 6, 7 e 8

São temas de artigos: As medidas de FHC para o Ensino; A Unicamp e o futuro da Região; A Crise no México e as Dimensões da Crise Contemporânea.

Páginas 4, 5, 10 e 11

Fim do Vestibular: conheça a opinião de personalidades sobre o assunto.

Página 12



Mesa do Ato Público realizado no Senado Federal

Veja as resoluções do XIV Congresso da Andes-SN, realizado em Brasília.

Página 9

E DITORIAL

Um ano que exigirá muito suor

Sofrendo a iniquidade da miséria, do desemprego, da inflação crônica, dos serviços públicos deteriorados, em meio à crescente riqueza de alguns, o povo brasileiro acostumamo-nos a ouvir que só depois de derrubada a inflação os demais problemas poderiam ser equacionados e resolvidos.

Foi este o teor da campanha de FHC: quem havia resolvido o problema inflacionário estava capacitado a resolver os demais.

O discurso hegemônico já reconhece hoje que a âncora cambial não tem fôlego eterno. Por isto a manutenção da inflação baixa demandaria aceleração das chamadas reformas estruturais, quase todas elas dependentes da reforma da Constituição.

Apesar dos seus textos definitivos não terem vindo ainda a público, já se sabe que as tais reformas dividem-se em três grupos.

O primeiro grupo pretende acabar com direitos sociais há muito

consagrados, particularmente na previdência social (ver texto "Mudanças na Previdência").

Fala-se também em diminuição dos encargos sociais das empresas, onde se incluem o 13º salário, as férias de 30 dias, o adicional de férias, o FGTS, e outros.

O segundo grupo das tais reformas estruturais ataca diretamente a soberania nacional: "flexibilização" dos monopólios do petróleo e das telecomunicações (veja texto "Monopólios: Liberalismo Saci"), fim da distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e estrangeiro, abertura do subsolo e maior abertura do setor bancário às empresas estrangeiras, privatização dos bancos estatais e uma reforma fiscal destinada, ao que tudo indica, à redução dos recursos governamentais e sua maior centralização no governo Federal em detrimento dos estados e municípios.

O terceiro grupo de reformas atinge a organização política. Fala-se em implantar o sistema distrital ou distrital misto, acabando com o voto proporcional, que garante a correspondência entre a votação

de cada partido e sua representação parlamentar. Pretende-se extinguir os pequenos partidos através de alguma cláusula numérica para a participação no Congresso, como se os nossos males políticos estivessem no número de partidos e não, como realmente estão, na infidelidade partidária e no divórcio entre as promessas de campanha e as práticas dos políticos após as eleições.

Neste terceiro grupo deve ser incluída a proposta de fim da estabilidade do servidor público. Pois a estabilidade é mais do que um direito do servidor: é um preceito de administração pública, evitando que os seus cargos se tornem instrumento político de cada governante eleito.

Em síntese, todas as propostas apresentadas até o momento para a reforma constitucional ou ferem direitos sociais, ou aniquilam a soberania nacional, ou maculam a democracia.

Nenhuma das propostas apontada para os verdadeiros problemas estruturais da economia brasileira: nenhuma fala em reforma agrá-

ria, diminuição drástica das taxas de juro estratosféricas, dominação de ramos industriais inteiros por oligopólios, altíssimo nível de sonegação de impostos.

Antes das eleições nos era prometido o paraíso com o fim da inflação, e depois delas nos oferecem o inferno, chantageando-nos com a volta da inflação.

Mas o caminho oferecido nem sequer garante o controle da inflação.

Aí está o México, antiga Meca neoliberal, que adotou não apenas o câmbio artificialmente alto de sua moeda como todo o rol de propostas neoliberais. Deu no que deu: um país ajoelhado diante dos credores, e com a inflação retomando sua marcha logo que terminada a festa cambial.

A extensa e pretensiosa lista de reformas neoliberais precisa ser enfrentada, e o único caminho que dispomos é o da mobilização popular contra o pacote anti-social, anti-nacional e antidemocrático.

1995 terá que ser um ano de muito suor, ou todos os seguintes serão anos de muitas lágrimas.

CARTA

"The Bell Curve"

À Adunicamp:

Muito importantes e muito bem elaboradas as colocações do Prof. Mohamed, sobre o livro "The Bell Curve", em artigo do Jornal Adunicamp, dezembro de 94. É importante desmascarmos a academia que se presta a fazer pseudo-pesquisas, a mando de interesses profundamente repugnantes.

O mundo ainda está por construir um modelo de convivência, pelo me-

nos pacífica, entre os diferentes povos. A academia brasileira muito pouco contribuiu para que esta Nação assumira a negritude dos seus filhos.

Parabenizo também pelas importantes discussões sobre RDIDP.

Wagner Moreira do Nascimento
Membro da Comissão Estadual de
Universitários Negros - SP
Graduando - Engenharia de
Computação/Unicamp

EXPEDIENTE**Diretoria**

José Ricardo Figueiredo - Presidente

Ítala D'Ottaviano - 1º Vice-Presidente

João Wanderley Geraldi - 2º Vice-Presidente

Michel Sadalla Filho - 1º Secretário

Reinaldo Camargo Rigitano - 2º Secretário

Marcela Haun - 1ª Tesoureira

Elias Basile Tambourgi - 2º Tesoureiro

Carlos Fernando de Andrade - Diretor Administrativo

Helena Costa Lopes de Freitas - Diretor de Imprensa

Helena Jank - Diretor Cultural

Adunicamp - Associação de Docentes da Unicamp

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" -

fone: (0192) 39-1148

Jornal da Adunicamp Março/1995

Edição: Márcia Maria C. M. Fantinatti - MTB 22.521

Editoração eletrônica: Lettera Comunicação -

fone: (0192) 42-9880

Tiragem: 4.000 exemplares

Distribuição Gratuita

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Mudanças na Previdência

Vários detalhes da reforma da Previdência estão ainda indefinidos, mas são tidas como certas as seguintes orientações gerais:

1) aumento geral do prazo necessário de contribuição, com elevação da idade de aposentadoria. 2) fim do favorecimento das mulheres, que passariam a se aposentar com os mesmos critérios dos homens. 3) fim das aposentadorias especiais, entre as quais as dos professores. 4) fim das aposentadorias integrais para funcionários públicos. 5) diminuição do valor das aposentadorias, criando um teto máximo de três ou cinco salários mínimos, e talvez desvinculando o piso do salário mínimo. 6) estímulo à criação de caixas de aposentadoria e pensão privadas complementares.

O fato que mais salta à vista no conjunto de propostas governamentais é a orientação geral de cortar e eliminar direitos e garantias consagrados na Constituição, orientação que Osires Lopes Filho bem denominou "uma poderosa volúpia castradora" (Folha de S. Paulo, 05/03/1995).

Os defensores das propostas governamentais invariavelmente têm empregado dois tipos de argumentos. É a sempre lembrada crise financeira da Previdência, devida, segundo eles, ao aumento da idade média da população brasileira. O segundo argumento seria o isonômico, estar-se-ia abolindo injustos privilégios de algumas categorias.

Quanto à crise financeira, é fundamental ter-se em conta a enorme evasão no pagamento da contribuição social incidente sobre a folha de salários, bem como os casos de indenização por acidentes de trabalho e aposentadorias fraudulentas, fatos todos eles associados à fiscalização deficiente da Previdência. Além disso, foram confirmados diversos casos de desvio de recursos previdenciários para outros setores governamentais. Suprimir direitos históricos dos trabalhadores antes de uma minuciosa investigação destes fatos não é apenas perverso, é também hipócrita.

A profunda recessão que se abateu sobre o país desde 79 reduziu salários e o nível de emprego, diminuindo a arrecadação previdenciária. Uma política desenvolvimentista conseqüente reverteria estes fatos. A recessão agravou também o gravíssimo problema da economia infor-

mal. Se a metade do conjunto de trabalhadores do país que hoje não possui carteira assinada tivesse sua situação de trabalho formalizada, a arrecadação da previdência aumentaria enormemente, e os gastos previdenciários decorrentes ainda demorariam um longo tempo para ocorrer.

Uma mudança, esta sim imprescindível, nas regras do jogo da Previdência, vem sendo reivindicada há muito pelos sindicatos mais combativos: é a participação dos trabalhadores na gestão da Previdência, coisa que jamais é mencionada pelo governo.

Também é hipócrita o argumento acerca das categorias "privilegiadas". A aposentadoria favorecida para as mulheres e para algumas categorias profissionais não foi criada aleatoriamente, mas por razões concretas. A dupla jornada de trabalho continua sendo uma realidade para a mulher trabalhadora. O desgaste da profissão do professor, particularmente de primeiro e segundo graus, também.

A aposentadoria especial dos professores universitários, e a aposentadoria integral dos servidores públicos, são compensações que estes profissionais levaram em conta ao optar por carreiras que lhe ofereciam salários inferiores, em geral, ao do

mercado de trabalho privado. Neste aspecto, as mudanças na Previdência constituem uma inaceitável violação do contrato de trabalho.

As mudanças nas regras do jogo não levam em conta a realidade do mercado de trabalho, profundamente depreciativas para os profissionais de meia idade. O trabalhador de 50 ou 55 anos não poderá se aposentar pelas novas regras, nem poderá encontrar emprego num mercado discriminatório. E onde o desemprego já é grave com as atuais regras de aposentadoria.

Além do aspecto da supressão de direitos dos trabalhadores, chama a atenção um segundo aspecto, o caráter privatizante da proposta da aposentadoria complementar acima dos três ou cinco mínimos.

A aposentadoria é um fundo recolhido por um longo prazo, que começa a ser descontado gradualmente após longa carência. São recursos muito vultosos disponíveis por prazos extremamente longos. Não é à toa que os bancos privados estão interessadíssimos em ter estes recursos à mão. Este lado privatizante desmente toda retórica "isonômica" e "abolidora de privilégios" do governo: os verdadeiros privilegiados do atual modelo econômico serão ainda mais.

Monopólios: Liberalismo Saci

No final de 91 a jornalista Lilian Witte Fibe apresentava um noticiário de fim de noite no SBT. Certa vez mencionou os preços dos automóveis, que vinham subindo mais do que a inflação média da época, e comentou que o então governo Collor não iria fazer nada a respeito dos aumentos dos preços de carros porque eles decorriam dos aumentos de preços do aço que ocorreram após a privatização da Usiminas.

Este talvez tenha sido o único momento em que a imprensa deixou escapar semelhante notícia. A privatização, além de corresponder doutrinariamente ao "estado natural" da economia, é sempre alardeada como um remédio contra a inflação, seja por "aliviar a carga sobre as contas públicas", seja por "aumentar a eficiência das empresas". Naquele dia, pôde-se ouvir da jornalista Witte Fibe, absolutamente insuspeita de ser estatizante ou algo parecido, um comentário desmentindo, de forma categórica, todo o discurso privatista.

Os setores da siderurgia, da petroquímica e dos fertilizantes, antes parcialmente estatais, foram totalmente privatizados nos governos Collor e Itamar. Setores que antes ofereciam preços baixos em obediência às políticas oficiais de controle

de inflação, são hoje concentradíssimos oligopólios praticando preços maximizados que afetam toda a cadeia produtiva.

Freqüentemente o preço do aço fora mantido artificialmente baixo, gerando déficit nas empresas siderúrgicas antes estatais, para subsidiar a indústria automobilística. Tal prática, sintoma da privatização do Estado mais do que da estatização da economia, é indefensável. Bastaria entretanto uma política de preços justos, cobrindo custos de produção e necessidades de investimento, que aquelas empresas deixariam de ser deficitárias. A privatização, ao contrário, introduziu os super-lucros oligopolistas no setor como mais um pesado fardo para a economia, uma vez que o aço não é insumo para automóveis apenas.

A questão do aumento de preços pela privatização assume papel socialmente muito mais grave no caso dos fertilizantes, que recaem sobre o custo da alimentação. Qualquer política de juros favorecidos à agricultura corre o risco de transformar-se em subsídio indireto para os oligopólios do setor de adubos químicos.

Além de ter-se privado de ferramentas importantíssimas para o controle da inflação e para a retomada do crescimento, o

governo passou para a iniciativa privada oligopolista indústrias eficientes por valor muito abaixo de seu patrimônio, fato agravado pelo fato de ter aceito as célebres "modedas podres" para a compra das estatais.

A campanha desestatizante aproxima-se agora de seus alvos prediletos, os monopólios estatais de petróleo, telecomunicações e energia.

São setores que acumulam conquistas muito significativas para a economia nacional, para o desenvolvimento de tecnologia própria e para o resguardo de um pouco de independência nacional. São dos raríssimos setores em que se vislumbra um Brasil que pode dar certo, e que oferecem a seus trabalhadores manuais, administrativos e técnico-científicos um nível de remuneração mais condigno.

São precisamente estes os setores que se pretende necessário dismantelar em nome da "modernidade", da "eficiência", da "integração competitiva aos mercados globais", e outras abstrações retóricas que procuram esconder os interesses muito concretos que as motivam: o capitalismo oligopolista, particularmente o multinacional.

O último lance na luta pela quebra dos monopólios foi a proibição pelo governo de

que as verbas de publicidade das estatais sejam usadas em defesa dos monopólios. Todas as campanhas publicitárias das estatais terão que ser submetidas previamente à sanção da Secretaria de Comunicações do Governo Federal.

As empresas privadas nacionais e multinacionais não sofrem, evidentemente, qualquer restrição deste tipo. Poderão continuar suas campanhas pela imprensa e seus "lobbies" no Congresso Nacional.

A censura governamental à propaganda das empresas públicas tem o claro sentido de impedir que a disputa ideológica em torno da manutenção ou quebra dos monopólios possa ter um mínimo de equidade.

Os neoliberais no governo aplicam-se diligentemente na obediência à mística do liberal Adam Smith acerca da mão invisível do mercado que proveria naturalmente a alocação ótima dos recursos. Mas passam por cima da eloqüente lição do liberal Voltaire, de defender até a morte o direito à palavra dos que lhe são contrários.

Cortando uma das pernas da tradição liberal, o governo caminha, célere como um Saci, para a destruição do que há de melhor neste país.

ENSINO

Era uma vez... 5 medidas para melhorar o ensino

Helena C.L. de Freitas*

O presidente Fernando Henrique em rede nacional no último dia 07 de fevereiro, divulgou os "5 pontos" de seu governo para a melhoria do ensino público de 1º grau: a distribuição das verbas federais diretamente para as escolas, sem passar pelos estados e municípios; criação do Sistema Nacional de Educação à Distância, com a instalação de aparelhos de TV em cada escola, com o objetivo de "preparar os professores para que eles possam ensinar melhor"; a melhoria da qualidade dos 58 milhões de livros didáticos distribuídos anualmente para as escolas; a reforma do currículo para melhorar o conteúdo do ensino, com o estabelecimento de matérias obrigatórias em todo o território nacional e a avaliação das escolas por meio de testes, premiando aquelas com melhor desempenho.

Não há como discordar, de maneira geral, de qualquer destas medidas em particular. Aliás, toda e qualquer medida que venha no sentido de aprimorar a qualidade do ensino e da educação e a melhoria de nossas tão maltratadas escolas públicas são sempre bem-vindas. Chama atenção, no entanto, a ausência de referência, no conteúdo do pronunciamento do presidente, às condições de trabalho dos professores da escola pública, cujos salários variam de R\$ 14,00 a R\$ 250,00 em vários estados brasileiros, e às reivindicações específicas desta categoria em luta pelo piso nacional unificado e pela valorização da carreira do ma-

gistério. Todo o pronunciamento do presidente coloca ênfase em medidas técnicas para o encaminhamento dos problemas educacionais.

As raízes do conteúdo destas medidas, que vêm também acompa-

nhando as discussões sobre o Plano Decenal, que ocorreram em 94, estão fincadas no final da década de 70¹, período de crise de acumulação capitalista que obriga os diferentes países a redimensionarem sua atuação econômica, política e social de modo a responder às novas exigências da produção e à necessária formação de mão de obra melhor qualificada. Desde a histórica Conferência de Ministros da Educação e de Planejamento Econômico, realizada no México, em 1979, até a Conferência de Jontien, em 1990 na Tailândia, várias iniciativas foram tomadas, em especial na América Lati-

na e Caribe, no sentido de elevar o "nível de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem", pilar do plano de ação Educação Para Todos que fundamenta o Plano Decenal.

Que motivos têm levado o Brasil a empenhar-se neste movimento internacional pela educação e a iniciar a tentativa de maior preocupação com a educação?

Algumas respostas a estas questões podemos encontrar no movimento realizado pelo capital para enfrentar sua crise de acumulação das últimas décadas. As transformações por que passa o processo produtivo a nível mundial - com a introdução de novas tecnologias, da microeletrônica, automação e flexibilidade no posto de trabalho - passaram a exigir um trabalhador qualificado do ponto de vista cognitivo e de socialização.

A organização do trabalho baseada no padrão taylorista/fordista - fragmentado, sob responsabilidade de vários trabalhadores que poderiam ser facilmente substituídos em seus postos e que podiam aprender suas funções no próprio local de trabalho - dá lugar a um novo padrão com características diferentes. Se anteriormente o grau de instrução e escolarização do trabalhador não se constituía em um fator decisivo para o desempenho de suas funções nos postos de trabalho, sob esta nova organização a instrução passa a ser elemento decisivo. Novas habilidades cognitivas e com graus de complexidade crescentes são exigidas, para que este novo trabalhador possa dar conta de um trabalho mais integrado - em equipes - que exige maior capacidade de

A temática da "qualidade de ensino" e da escola pública, pela qual nós educadores vimos lutando há décadas, passa a fazer parte dos discursos oficiais e das preocupações dos empresários, como se não fossem eles mesmos os responsáveis pela situação em que estamos, só que agora, com outros objetivos: esta "qualidade" atual da escola pública constitui-se em ameaça ao processo de acumulação de riqueza.

abstração e sensibilidade para lidar com máquinas mais e mais sofisticadas. Novas habilidades de socialização - maior capacidade de comunicação, liderança iniciativa, cooperação - passaram a ser exigidas também deste novo trabalhador. Habilidades que não podem ser mais desenvolvidas através de aprendizagem no próprio posto de trabalho e que apenas a educação regular - escolarizada - pode vir a desenvolver.

A escola atual - depauperada, desqualificada e degradada pela falta de ação governamental nas últimas décadas - não dá conta, entretanto, destas novas exigências do capital. É essa a razão, fundamentalmente, do súbito interesse que observamos em relação à escola pública que passa a ser alvo das preocupações tanto dos gover-

nos - federal, estaduais e municipais - quanto das elites dirigentes de nosso país. A temática da "qualidade de ensino" e da escola pública, pela qual nós educadores vimos lutando há décadas, passa a fazer parte dos discursos oficiais e das preocupações dos empresários, como se não fossem eles mesmos os responsáveis pela situação em que estamos, só que agora, com outros objeti-

vos: esta "qualidade" atual da escola pública constitui-se em ameaça ao processo de acumulação de riqueza. Assim, o ensino de 1º grau, abandonado pelas políticas governamentais até então e locus da concentração das mazelas do sistema educacional, passa a representar o instrumento privilegiado de recuperação econômica do capitalismo em seu processo de acumulação.

Mas, esta mão-de-obra, altamente qualificada e melhor escolarizada, não será preparada em grande número, uma vez que a introdução das novas tecnologias nos postos de trabalho traz consigo o desemprego de milhares de trabalhadores, substituídos agora pela maquinária e pela robotização, relegando, portanto, ao desemprego, grandes massas de assalariados. Para estes, a escola não necessita desenvolver altos critérios de qualidade. Por isso, há necessidade de premiar - leia-se investir financeiramente - as melhores escolas. Com esta medida, proposta pelo governo, aprofunda-se ainda mais a diferenciação e a discriminação entre "boas" e "más" escolas, sem indagarmos as raízes históricas de tais diferenciações.

O discurso da qualidade de ensino, tão caro a nós, educadores, que sempre lutamos por uma escola de qualidade **para todos e não para alguns poucos**, transforma-se, no discurso oficial, em "qualidade de resultados" com implicações e consequências claras: as escolas buscarão a "produtividade" (quem ensina melhor, não importa o quê) e a "competitividade" (quem aprova mais alunos no teste nacional), e quem sabe, a implantação de mecanismos de melhoria salarial dos professores vinculados à avaliação docente e avaliação do ensino/escola, tal como previsto no "Acordo Nacional" firmado entre o MEC e as entidades sindicais e secretarias de estado e municipais de educação, em outubro de 94 em Brasília. A defesa de uma escola de qualidade **para todos** é contrária, portanto, à proposta de "escolas padrão" e centros de excelência, que têm como objetivo

criar uma elite de trabalhadores e relegar as grandes massas às escolas de pior qualidade e, conseqüentemente, à desescolarização e ao desemprego.

Articuladas com as últimas medidas tomadas pelo governo FHC, em relação às reformas constitucionais, estas "5 medidas" têm como objetivo criar as condições necessárias para que a escola pública possa

A defesa de uma escola de qualidade para todos é contrária, portanto, à proposta de "escolas padrão" e centros de excelência, que têm como objetivo criar uma elite de trabalhadores e relegar as grandes massas às escolas de pior qualidade e, conseqüentemente, à desescolarização e ao desemprego

fornecer uma formação adequada à preparação deste novo trabalhador para novas tarefas e funções nos postos de trabalho, agora dominados pelas novas tecnologias. Por isso, o governo propõe como necessária a reformulação do currículo da escola básica e a definição de matérias obrigatórias a nível nacional.

Para consolidar estas medidas, é necessária a parceria inclusive com setores das classes dominantes que se articulam no sentido de buscar formas de aumentar o padrão de exploração das classes trabalhadoras e aumentar sua taxa de lucro. Articulam-se alianças e parcerias entre as diversas forças sociais, com o objetivo de conseguir um padrão econômico e político em condições de colocar o Brasil competitivo no plano internacional, onde hoje ele é dependente. Este consenso encontra suporte em vários segmentos na medida em que, articulando-se os vários discursos, definem-se novos parceiros para combater problemas crônicos no campo educacional e firmar compromissos em relação à qualificação da mão-de-obra via escola, à necessária modernização científica e tecnológica, distribuição mais igualitária de renda e o fortalecimento da democracia. As "parcerias" e "alianças", principalmente com o empresariado e a iniciativa privada, são iniciativas que vão materializando em vários estados brasileiros, um certo pacto baseado no consenso quanto à necessidade de "salvar" a escola e a educação públicas. Em seu discurso, FHC conclama "as pessoas com mais recursos, as empresas, grandes e pequenas, (também devem) pensar no Brasil, assumindo a manutenção de uma ou mais escolas em sua vizinhança."

Com isso, desloca-se a educação de seu eixo político-pedagógico e econômico para o campo administrativo: o Estado é agigantado e ineficiente e a escola é desqualificada. Para resolver este problema, pregar-se a autonomia e gestão colegiada da escola, mas **a partir de normas quanto à forma de gestão, currículo, financiamento**

ENSINO

e destinação de recursos, projeto pedagógico e padrão de avaliação do rendimento escolar.

A apregoada diminuição e descentralização do Estado vem acompanhada, portanto, do papel regulador, fomentador, financiador e de avaliador da educação nacional. Já há experiências sendo desenvolvidas, em vários estados, que objetivam a implantação de um "exame único" ao final do 1º grau e do 2º grau. Nesta mesma direção está a proposta recente do Ministro da Educação de mudança no sistema de ingresso nas Universidades, via avaliação padronizada ao final do 2º grau, baseada em padrões internacionais.

A imperiosa necessidade de aperfeiçoamento profissional dos professores e de formação continuada, ficou reduzida, no conteúdo das medidas, à possibilidade que

as escolas tenham de aparelhar-se com TV e vídeo-cassete, imprimindo uma visão tecnicista ao processo de trabalho docente, e esquecendo que são também as condições de vida da grande maioria de nossas crianças que frequenta a escola pública, que dificultam o seu desenvolvimento pleno. As medidas ignoram, ainda, o problema do acesso à escola, ainda não resolvido, que deixa a cada ano, milhares de crianças fora dos bancos escolares, seja pela necessidade do trabalho, seja pela inexistência de vagas.

Estas medidas, em perfeita articulação com o Plano Decenal de Educação Para Todos, são parte da ofensiva neo-liberal na área educacional, com o objetivo de alterar as relações do mercado capitalista internacional e reorganizar a intervenção do aparelho de Estado. Podemos arriscar algumas medidas futuras, tais como mudan-

ças na administração da educação nacional, contemplando saídas para enfrentar as estruturas autoritárias do sistema educacional, com novas formas "democráticas" de gestão da educação, do ensino e da escola, através das parcerias com as comunidades locais, estados e municípios e com o setor privado e o empresariado nacional.

Todos sabemos, e nisso concordamos, que nossa escola atual já não atende à necessidade de assegurar o acesso à educação, a permanência e o ensino de qualidade, binômio essencial que faz parte da luta histórica dos educadores e direitos garantidos pela Constituição de 88. No entanto, o súbito interesse dos setores oficiais e das elites nacionais, comprometidos com o projeto político neoliberal - mesmo que se intitulem social-democratas - e suas soluções para os problemas educacionais, não

garante a sua solução na direção que os setores progressistas anseiam. Seu objetivo é o de adequar a escola e os professores às necessidades criadas pela nova forma de organização do trabalho que tem como objetivo aumentar o padrão de exploração da classe trabalhadora. As "5 medidas" do governo FHC demonstram isto. É preciso, portanto, algo mais para que acreditemos nas (boas?) intenções deste governo. Senão, é mais um conto da carochinha.

Para melhores informações sobre as raízes históricas do Plano Decenal, consultar o Jornal em Defesa da Escola Pública, Ano II, No. 2, Jul.94, Forum Estadual em Defesa da Escola Pública, Santa Catarina.

**Helena C.L. de Freitas é professora da Faculdade de Educação/Unicamp e Diretora de Imprensa da Adunicamp*

UNIVERSIDADE

O Nosso Trabalho e o Futuro da Região

A

A. Oswaldo Sevá Filho* proveito este espaço de nosso Jornal, e a ocasião tão propícia, com o começo do período letivo e dos governos eleitos, para recolocar uma dúvida de muitos: *O quanto estamos distantes de um verdadeiro caráter público da Unicamp? Estaremos nos aproximando ou nos perdendo desta perspectiva, desta utopia?*

Tal avaliação e suas possíveis respostas ou vereditos podem ser ilustradas por meio de um exercício de futurologia, que começa com uma síntese da situação social em nossa região:

"Forças políticas importantes brigam pela metropolização de Campinas e sua vizinhança, que seria regulada por uma entidade acima dos atuais municípios (uma "Região Metropolitana", definida em lei estadual), mais ligada aos executivos estadual e federal, e com recursos negociados em âmbito internacional. Outros, na Câmara Municipal se esforçam para facilitar impostos e incentivos, de modo a "evitar a fuga de indústrias" para outras localidades. A região já é bastante densa, as cidades e os distritos vão se emendando através de favelas e de subúrbios pobres. Disseminam-se os trechos e focos de contaminação dos solos, do subsolo, das águas; lixões, aterros, cavas e tambores com resíduos perigosos se multiplicam dentro e fora dos perímetros industriais, longe ou dentro das zonas habitadas. Os recursos hídricos

são cada vez mais escassos, sua utilização cada vez mais cara; e, em tempos de chuvas grossas, os prejuízos, as vítimas, e a demora e inoperância nos consertos e ressarcimentos nos fazem lembrar, a cada verão, que aqui também é Brasil. Poluições atmosféricas daqui mesmo e das regiões vizinhas já têm um nível de concentração similar ao das regiões mais críticas da Europa. Apesar de alguns setores produtivos com técnicas e equipamentos avançados, e de um dos melhores sistemas de saúde do país, o fato é que as condições de trabalho, de moradia e dos serviços públicos ainda provocam muitas doenças, acidentes, surtos, epidemias, intoxicações."

Diante do quê, as rotas e os rumos podem ser bastante variados:

A. Pode-se formar mais gente, fazer mais pesquisas, para que se consiga ir aprofundando o mesmo modelo até aqui adotado; sabendo-se que as despesas serão cada vez maiores, para fazer funcionar decentemente os sistemas de água, de saneamento, de transportes, de saúde pública, de educação; sabendo-se que serão geradas crises mais graves do que as atuais.

B. Ou, pode-se educar e pesquisar para que se recuperem os prejuízos já sofridos, para que se corrijam erros flagrantes e absurdos crônicos, para que os níveis e a efi-

ciência dos sistemas de educação e de saúde atinjam um patamar bem mais alto do que os melhores que já tivemos. Sabendo-se que neste caso, precisamos exercitar muito mais a dúvida, a crítica; e, necessariamente abandonar a repetição do que vínhamos fazendo até aqui.

C. Pode-se promover uma aproximação cada vez maior, chegar até uma integração institucional com os organismos estaduais e federais, e com as prefeituras de Campinas e outras, a ponto de nos transformarmos numa espécie de "ESG - Escola Superior de Guerra" dos governos civis e ilustrados.

D. Pode-se ainda, triar as imensas possibilidades que temos, de fazer parcerias e intercâmbios com a sociedade, reduzindo-se somente aos laços com grandes grupos econômicos, e com setores específicos das classes dominantes, - o que poderia nos metamorfosear em uma "Stanford" do Mercosul, por exemplo.

E. Mas, pode-se também entrar em sintonia, e criar os meios e condições para tanta coisa que há por ser feita com a população, junto dela, para ela, em seus locais de moradia e de trabalho, de atendimento, de lazer, e também nas situações críticas, nas emergências. Sabendo-se que, para isto, além de estarmos sintonizados com o Mundo, temos que nos integrar na vida cotidiana, na cultura, na memória, nos

dramas, lutas e alegrias da região.

Encaminhado este exercício de futurologia, posso deixar uma avaliação pessoal, que é limitada, fruto de minha participação na Unicamp desde 1986, mas, temperada pela vivência na região natal desde 1948 até 1971, e pelo distanciamento adquirido nos quinze anos fora do Estado e do país:

Apesar das percepções positivas que muita gente tem, na região, sobre as atividades da Unicamp - o prestígio do vestibular, o enorme esforço coletivo na área médico-hospitalar, ...e, apesar da comunicação social e da publicidade da imagem institucional, que já conhecemos desde o primeiro reitor, ...estamos perdendo o eixo.

As exigências são quase impossíveis de conciliar; temos que garantir o pluralismo, claro! mas também temos que funcionar, internamente, de maneira exemplar para a sociedade que nos financia, para quem trabalhamos, afinal! *Relevâncias e prioridades* têm que ser outras, há *comportamentos* a desmobilizar e outros a inventar.

Um futuro mais justo e menos estreito para uma região problemática dependerá de muito mais gente do que nós da Unicamp; e certamente precisará de novos professores, novos pesquisadores, novos profissionais, novos servidores públicos. Não só *novos*, mas *outros*. A educação e a ciência vieram, e serão, para *alterar*, e não para, apenas, continuar; nem tampouco, para se conformar.

**A. Oswaldo Sevá Filho é professor do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp.*

Um futuro mais justo e menos estreito para uma região problemática dependerá de muito mais gente do que nós da Unicamp; e certamente precisará de novos professores, novos pesquisadores, novos profissionais, novos servidores públicos.

O Jornal da Adunicamp traz nesta edição o relato de alguns membros da comunidade universitária que estiveram em Cuba recentemente, participando de eventos de caráter acadêmico ou político naquele país.

O professor Carlos Fernando de Andrade, do Instituto de Biologia, participou do Curso "Controle Biológico de Mosquitos" e os professores Newton Bryan, da Faculdade de Educação e Mariley Simões Floria Gouveia, do Instituto de Geociências, participaram do encontro de educadores "Pedagogia'95", em fevereiro passado; José Luís Pio Romera, funcionário do Instituto de Artes, participou, em novembro do ano passado, do I Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba. Todos realizados em Havana, a capital cubana.

Considerada o último reduto do regime socialista, Cuba vem atravessando grande crise nos últimos anos, agravada pelo fim da União Soviética, o qual a expôs ainda mais ao nocivo embargo econômico - o "bloqueio" - perpetrado pelos Estados Unidos contra o país.

Nos meses finais do ano passado, a imprensa mundial noticiou estrondosamente a fuga de dissidentes cubanos que, pelo mar - em embarcações pra lá de improvisadas - tentavam ganhar a costa americana.

Seguiram-se reportagens sensacionalistas que, a pretexto de focalizar o "drama cubano", lançaram toda a sorte de informações distorcidas, muitas delas, grosseiramente mentirosas a respeito da real situação da Ilha governada por Fidel Castro. Apesar da crise, até o momento, não se observa em Cuba fenômenos semelhantes aos que precipitaram a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu. Pelos depoimentos a seguir, nota-se que, pelo contrário: existe a vontade e a esperança do povo cubano em garantir as conquistas do socialismo para o povo todo, sobretudo nas áreas de educação, saúde, pesquisa e cultura.

Nesta matéria, apresentamos trechos dos relatos dessas pessoas que estiveram em Cuba, feitos ao nosso Jornal, a convite da Adunicamp, onde contam o que de fato puderam verificar sobre a vida cubana. Consideramos de grande relevância, neste momento de grandes transformações pelas quais passa a política econômica mundial - com seus inevitáveis efeitos no Brasil e demais países da América Latina - fazer a divulgação dos fatos constatados pelos membros da comunidade da Unicamp, que trazem importantes observações e reflexões diante dos novos desafios que se colocam para Cuba na atualidade.

Apesar da importância da riqueza de detalhes com que foi feito cada relato, obrigamo-nos a publicar somente alguns trechos, ao invés da íntegra, pelo que, desde já nos desculpamos, abrindo espaço para eventuais acréscimos às informações contidas a seguir. Outra ressalva a ser feita, é com relação a uma preocupação expressa por cada um dos envolvidos: "É claro que posso estar passando uma visão incompleta sobre certas coisas, pois estive lá por poucos dias...", o que, acreditamos, não compromete a veracidade das informações.

NEWTON BRYAN

Professor da Faculdade de Educação, participou do "Pedagogia'95" - promovido pela Unesco-Unicef-Aelac, em Havana, de 6 a 10 de fevereiro/95. É presidente da Seção Brasil da Aelac - Asociación de Educadores de Latinoamérica y del Caribe.

Participei desse evento pela 2ª vez e apresentei um trabalho que é uma análise crítica das propostas da Cepal - Comissão Econômica Para a América Latina (organismo da ONU e Unesco), os documentos que eles vêm produzindo a respeito de educação. Fiz uma análise geral desses documentos e fui apresentar numa seção do evento. Fui também enquanto presidente da Seção Brasil da Aelac. Estou na Presidência desde novembro de 93. A Associação está estruturada, nós estamos agora em Campanha para aumentar o número de associados. A Associação é aberta às pessoas que trabalham na área de educação e a idéia é primeiro desenvolver uma consciência de que os problemas do Brasil e os dos outros países da América Latina são muito parecidos. Nós normalmente não temos uma consciência de que pertencemos ao mesmo continente, que temos uma grande identidade cultural e que estamos no mesmo barco que a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela. Normalmente olhamos só para a Europa ou para os EUA.

A Secretaria da Aelac funciona atualmente na Faculdade de Educação da USP.

Cuba, de fato, tem servido de modelo, tanto em áreas da educação quanto em áreas da saúde. Apesar da profunda crise econômica que vivem, eles mantêm um sistema funcionando e com qualidade bastante boa.

Vários colegas, na área de Metodologia do Ensino - grupos de excelência aqui no Brasil, que estão muito na frente, desenvolvendo coisas melhores - fazem críticas. Mas em termos de massificação, de se pensar no ensino, nas redes de ensino público, o sistema lá funciona com eficiência muito alta, a qualidade é muito boa. Conseguiram atender todas as crianças, jovens na idade escolar no ensino fundamental, cobertura de 100% e estão trabalhando para cobertura de 100% no 2º grau, e estão caminhando para aumentar ainda mais o número de vagas nas universidades.

O grande problema da educação cubana, de um modo geral, é o culto aos heróis, culto à personalidade. É ao Martí, ao Bolívar, ao Fidel Castro. É uma característica presente nos países da América Latina, também no Brasil, no período da ditadura, procuraram cultuar determinados heróis. Mas em Cuba, choca esse culto aos heróis. A história é uma construção coletiva e não há razão para destacar determinadas pessoas, dar a elas papel sobre-humano. Em determinados momentos históricos, elas foram guindadas a determinadas posições e a conjuntura levou-as a isso. A idéia de que o momento histórico é que faz as pessoas e que quem constrói a história é o homem em geral, e não é só o grande herói, é uma idéia central do socialismo.

C U ...A PESAR D



Alunos de escola primária: vagas para todos

Os cubanos são muito orgulhosos do sistema de educação e de saúde que eles construíram, têm um profundo orgulho e acho que é merecido. Investiram duro num país pobre, que era um prostíbulo dos Estados Unidos, uma ilha controlada pela máfia e construíram um sistema educacional altamente eficiente, sistema de saúde também, que dá um atendimento decente a toda população, inclusive em especialidades bastante sofisticadas. Agora, por outro lado, já começam a ter um pouco mais de visão crítica em relação ao que estão fazendo, principalmente com esse intercâmbio internacional maior, não mais só com países do antigo mercado comum socialista. E já começa a haver uma crítica ao autoritarismo, à padronização.

Pegando a questão dos costumes, questão do homossexualismo, o filme cubano que acabou recebendo uma indicação para o Oscar, que é "Morango e Chocolate", seria inconcebível alguns anos atrás.

Cuba está num momento de se repensar e eles sabem que é inviável manter como está. Os Estados Unidos não vão voltar atrás assim tão rapidamente no bloqueio econômico, porque são os antigos proprietários de terras cubanos, que hoje têm uma influência muito grande no Partido Republicano nos EUA, que têm o controle do Congresso. Fazem um lobby.

O movimento de solidariedade dos educadores, dos professores universitários, principalmente americanos, é muito forte, muito explícito. Existe a lei do bloqueio, que impede a qualquer cidadão americano de visitar Cuba. Então, alguns professores estão indo - alguns foram ao congresso do qual participamos - eles vão via México ou via Canadá, e, ao retornar aos EUA, chegam a ficar presos na alfândega, na polícia, na imigração. Há um rol de perguntas feitas a eles e uma delas é a seguinte: "- Você sabe que a lei do bloqueio impede a ida de americanos a Cuba?" Eles dizem saber, que é para mostrar que estão fazendo conscientemente a coisa. Quando perguntam: "- Você voltaria?" Eles respondem

que, provavelmente, sim. "- O que você foi fazer?" Dizem: "- Fui a um encontro profissional e sei que tenho direito pela Constituição Americana". Aí, são soltos imediatamente, mas a 1ª emenda à Constituição garante isso. Então, eles alegam a inconstitucionalidade da própria lei do bloqueio. Há outra campanha que foi levada a cabo nos EUA que é a campanha do lápis, do material didático que, com o bloqueio, os cubanos não têm. Militantes americanos coletaram fundos no país inteiro, para comprar lápis e cadernos e enviaram para Cuba o material, creio que via-México. Mas no documento que eles fizeram, na coleta de fundos, deixavam bem claro que era proibido por lei angariar fundos pró-Cuba e contribuir com Cuba, e quem assinasse, quem contribuísse, estava indo contra a lei do bloqueio. Quer dizer, é uma campanha de desobediência civil.

A melhor forma de colaborar com Cuba hoje é no sentido de estreitar as relações entre os países, para que haja mais intercâmbio comercial, científico, estreitar as relações entre as universidades brasileiras e as cubanas. Podemos contribuir muito com o trabalho deles e aprender muito com a sua experiência.

Eles estão investindo, já há alguns anos, primeiro: na exportação de bens que incorpora o máximo de valor agregado, em termos de conhecimento, de alta tecnologia. Estão procurando não vender mais só açúcar, álcool e fumo, produtos tradicionais de exportação. E procurando desenvolver outros caminhos mais baseados na pesquisa, afinal eles educaram a população, têm um sistema de ensino superior que funciona, têm laboratórios de pesquisa, eles estão transformando isso, a produção cultural deles é muito importante. Estão tentando obter fundos através da venda de bens culturais, científicos, tecnológicos e abrir o país para o turismo menos predatório, que é o turismo científico. Por isso estão fazendo e sediando Congressos.

Vale a pena, é muito importante para nós enquanto brasileiros e educadores, lutar para manter o sistema educacional que foi montado em Cuba, sistema educacional de altíssima qualidade, com equidade social.

B A EL BLOQUEO

Cuba foi um país muito solidário. Há um débito em relação a Cuba, em termos de solidariedade internacional. Hoje temos lá o Mandela, presidente da África do Sul, fim do apartheid, temos o presidente da Namíbia. A interferência de Cuba e o apoio que deu ao governo de Angola foi fundamental para enfrentar a África do Sul e para levar inclusive ao colapso o regime de apartheid. Se a Namíbia é hoje um país independente, se a África do Sul afinal conseguiu pôr fim ao apartheid, em muito se deveu ao auxílio, à colaboração de Cuba ao governo de Angola, porque se a África do Sul tivesse conseguido sufocar Angola, eles manteriam o regime do apartheid durante muito mais tempo. E Mandela morreria na cadeia.

A solidariedade de Cuba com os países que estavam lutando pela independência foi muito importante. Não pouparam esforços, nem recursos para isso. Era de se esperar uma retribuição, principalmente neste momento.

Em termos materiais, a vida é muito pobre. A vida de um professor universitário que mora em Havana, é professor da Universidade de Havana, em termos materiais tem todas essas dificuldades: enfrenta fila para adquirir bens de consumo, etc.. Mas do ponto de vista cultural, ela é riquíssima. Eles têm acesso a cinema do mundo inteiro, muito barato, teatro, balé, música. A cidade efervesce de eventos culturais o ano inteiro e de países do mundo todo. E os bens culturais são muito baratos.

MARILEY SIMÕES FLORIA GOUVEIA

Professora do Instituto de Geociências, participou do "Pedagogia'95" - promovido pela Unesco-Unicef-Aelac, em Havana, de 6 a 10 de fevereiro/95.

Um evento para todo mundo que se entende educador. Do Brasil, estávamos em 350 professores. O total, falavam em 5 mil. Interessei-me muito devido ao trabalho que desenvolvo com a professora Helena de Freitas, no curso de Pedagogia. O trabalho é o princípio educativo dentro do nosso campo de pesquisa.

Essa questão do trabalho tem origem nas escolas socialistas, nas escolas comunistas e como Cuba é um remanescente de uma sociedade socialista, eu me interessei em ver como tratavam a questão do trabalho na educação.

Eu embarquei numa sexta-feira, dia 3/02 e no dia 2/02, no SBT, passou um documentário sobre Cuba, terrível. Mas é outro mundo, não tem nada à ver com aquilo. E a primeira pergunta que a gente fazia, era: você quer ir embora de Cuba? Eu quase fui apedrejada! E eles afirmavam: - A gente errou, isso já é a política nossa, nós erramos sim, em não resolvermos os nossos problemas; em não aprender a resolver os nossos problemas.

Todo mundo é alfabetizado, a maioria tem curso superior. E a educação não é uma questão só de escola: todos os setores sociais estão incum-

bidos, engajados com a educação. E também não é só educar para o trabalho, para se ter uma profissão, mas é entender o trabalho como princípio de vida. O trabalho faz parte da vida do homem, não pode ser visto como castigo, mais ou menos como a gente vê no mundo capitalista. Quanto à questão metodológica, a impressão que fica é que é um ensino tradicional e autoritário, mas funciona. Na cartilha, o que me impressionou foi o cotidiano presente, não tem nada que não faça parte da vida da criança. Visitei a Universidade de Havana e também uma instituição que eles chamam "A Casa do Pedagogo", que é onde os professores se reúnem para discutir seus problemas, têm cursos, enfim, é como se fosse um centro de aperfeiçoamento, de formação continuada.

Fidel Castro esteve na abertura do evento, no Teatro Karl Marx, que deve ter lugar para 6 mil pessoas. Estava lotado e Fidel entrou, o teatro "veio abaixo". Chega a meter medo, ter uma pessoa assim com tal carisma e com pessoas tão apaixonadas por ele, que reconhecem os erros. A situação está crítica lá. Houve um levante em 94 e a questão da alimentação é muito forte. E há escassez, mas não há falta. Enfim, eu não vi nenhuma criança desnutrida como as nossas perambulando pelas ruas, muito pelo contrário. Em Cuba, aproximadamente um quilo de carne de porco custa 45 pesos cubanos, o que é isso para quem ganha o maior salário que são 400 pesos cubanos? É caro, então, carne é muito difícil o pessoal comer. Uns professores foram a uma escola em Havana Velha, sem estar programado. As crianças estavam almoçando arroz, feijão e ovo. O que a gente sabe é que em relação à alimentação das crianças, há uma preocupação muito grande.

Mas como é fora de Havana? Parece-me que a crise é mais urbana mesmo. Existe o êxodo, da zona rural para zona urbana, criando os bóias-frias, e todo um problema que é fazer com que eles fiquem no campo. Soube de uma escola provisória, que foi montada justo para fixar o pessoal no campo, para eles ficarem na região. Era assim: de manhã os alunos iam para agricultura, trabalhar no campo e à tarde, iam ter aula.



Sem tecnologia para produção de cimento, Cuba exhibe moradias deterioradas

Uma das explicações dadas para a escassez de alimentos, foi que eles não têm recursos para comprar insumos, máquinas, e que está faltando uma tecnologia mais deles. Eu acho que o Brasil tem muita coisa para passar para Cuba. O que temos de pesquisas de cana, aqui!

Toda criança até os 7 anos tem um litro de leite por dia, só que um dia é leite de soja, outro dia é leite de vaca. Os cubanos não comem muita carne de vaca, comem mais porco, frango, coelho, animais que se cria mais rápido. Antes, o gado era todo confinado e a ração vinha da Rússia. Em meu ponto de vista, eles saíram do imperialismo americano e entraram no Russo pra valer. Tanto é, que o avanço da medicina, de biotecnologia, está vindo justo da crise.

Nossas novelas fazem o maior sucesso lá. Eles queriam saber se o que acontecia na novela "Felicidade", porque envolve escola, era o que acontecia no Brasil. Eu falei: sinto muito. Para eles é muito difícil aceitar que existe criança fora de escola, miséria, criança que morre de fome, gente que vive do lixo, famílias vivendo embaixo de viadutos.

Quando a salários, as médicas que conheci recebem 400 pesos cubanos. Quando saí de lá, um dólar estava valendo 40 pesos cubanos. Mas não pagam médico, não pagam escola, alimentação, aluguel, alguns pagam, mas muito barato: a gente tem que ver dentro deste contexto. O salário inicial de um professor é 198 pesos cubanos. Ganhar dois dólares, um dólar, para nós tem um significado, para eles, tem outro.

Eu achei que lá não há crítica. As coisas vêm como se fossem as melhores. A crise está fazendo com que eles voltem a olhar os seus erros, o sistema e tudo mais e eu acho que é aí que se avança.

Sobre a Aids, ouvi o seguinte: "Aqui não se fala em homossexualismo, nesse tipo de trabalho mais aberto, mais público, sobre Aids e tudo mais, para não incentivar." De fato, você não vê, é uma questão abafada.

Quando eu vejo esse desperdício de papel em nosso país, eu agora fico arrepiada. Os meninos lá, na escola, foram fazer um desenho, pegaram um pedacinho assim (bem pequeno) de papel para fazer. Muitos brasileiros levaram lápis, caderno, para distribuir nas escolas onde foram visitar.

Cuba tem um problema de energia elétrica, eles não têm um relevo que permita construir grandes hidrelétricas, então a energia é gerada por termoelétrica e esse é o problema pois é tocada a diesel, eles dependem do petróleo. Andaram en-

contrando, mas o petróleo não é de boa qualidade.

Acho que Cuba está enfrentando alguns problemas que nós temos há muitos anos, há séculos. Eles dizem: "Gostaria que fosse como antes", só que esse "antes" não é antes da revolução de Fidel, é antes da crise, agora. São convictos de que não retornam ao que eram antes de Fidel. É muito forte o sentimento cubano de nacionalidade, de cidadania. O grande problema de Fidel atualmente é deixar descendentes dessa política toda e é um processo muito difícil. É preciso garantir essas conquistas: educação, saúde, habitação.

CARLOS FERNANDO DE ANDRADE

Professor do Instituto de Biologia, participou do Curso "Controle Biológico de Mosquitos", realizado no Instituto de Medicina Tropical Pedro Koury, Havana, em fevereiro/95. É diretor Administrativo da Adunicamp.

O trabalho com controle biológico de pragas desde 75 e com controle biológico de mosquitos e borrachudo de 83 para cá. Essa área de controle biológico tem duas vertentes muito grandes. Uma vertente é o controle biológico industrializado, a possibilidade de fabricar industrialmente bactérias, fermentar em larga escala. Nessa vertente do controle biológico industrializado, os países mais ricos estão na frente como: Bélgica, EUA, Israel e Itália. A outra vertente é a do uso dos agentes de controle biológico que podem ser produzidos em média ou pequena escala e podem ser usados em programas comunitários ou coisa assim. Nessa vertente produz-se peixinhos predadores de larvas de mosquitos, produz-se alguns fungos e pode-se produzir alguns vermes (os nematódeos) que podem entrar em programas regionais, com poucos recursos e sem muita tecnologia.

Cuba, devido ao embargo e às dificuldades de comprar no comércio exterior, desenvolveu muito as duas vertentes.

Hoje, Cuba produz duas bactérias a nível industrial para controle de pernilongo. E vendem, montam plantas de produção em outros países da América Central e da América do Sul. Vários grupos no Brasil drenaram milhares de dólares das agências de financiamento na última década e não temos ainda um produto assim. Também produzem em pequena escala, os fungos, os nematódeos e 5 ou 6 espécies de peixes, para diferentes tipos de água. Eles então patrocinaram, organizaram um curso de duas semanas para 30 pessoas, sobre controle biológico de mosquitos. Eu fui para esse curso, no Instituto de Medicina Tropical Pedro Koury, com verba pessoal. Não tive tempo de fazer pedido de auxílio e foi uma das coisas mais fantásticas que eu vi na minha vida.

E apesar de ter dado aula no curso, como convidado especial, paguei uma taxa de inscrição de 250 dólares, enquanto os outros participantes pagaram 600.

Minha convivência foi com médicos, com biólogos, com pesquisadores, visitei as fábricas de produção de agentes de controle biológico, visitei as criações, os laboratórios de criação de nematódeos, visitei locais onde esses programas já estão andando há vários anos e a minha convivência foi com esse tipo de pessoal.

Eu puxei conversa com alguns cubanos sobre a questão da Aids, que eles chamam de Sida. Alguns me passaram uma visão extremamente poética e impossível. O que eles disseram é que eles têm algo como 1.300 pessoas conhecidas diagnosticadas, soropositivas para Sida. E que estas pessoas estariam reclusas ou abrigadas em



um grande sanatório e segregadas da comunidade, mas vivendo a sua vida de soropositivas, com toda assistência. É óbvio que é uma visão irreal. Irreal porque existe prostituição, porque existe um afluxo de turistas da Europa e da América Central, da América Latina, grande à Cuba. E a cada 24 horas, pode estar havendo transmissão de Sida entre os cubanos e não há país que consiga diagnosticar e segregar ou isolar a sua população soropositiva para Aids. É no mínimo uma visão inocente do problema.

Conversei muito com motoristas de táxi também. Tem uma rede turística da empresa nacional de turismo. São carros moderníssimos, Mercedes, com ar-

condicionado, na porta de todos hotéis. Tem os táxis regulares da cidade e tem os táxis clandestinos, na verdade, carros particulares que fazem corridas. Nesses casos, pode-se encontrar uma pessoa com nível superior, fazendo um "bico" nas férias ou à noite.

Eles têm três tipos de notas, três tipos de moedas circulando em Cuba: o peso cubano (com valor da ordem de 1/40 do dólar), um peso turístico (1/1 do dólar) para poder fazer troco com os turistas, e a própria moeda americana.

Eu senti o turismo em Cuba mais ou menos assim - não vou dizer em ordem de prioridade, nem importância - mas senti alguns tipos de turismo diferentes. Senti, claro, esse turismo científico: congressos, cursos, eu senti também o turismo convencional, turismo comum, pessoas na 3ª idade, de aposentados passeando e aproveitando a história de um país; eu senti o turismo sexual, também. Isso incomoda muito. Europeus que, à custa de dólares, têm lá suas "meninas" ou "meninos". Há também um turismo médico: pessoas que vão para fazer determinados tratamentos. Vitiligo, por exemplo, essa despigmentação de pele. Tem gente lá, já há meses, se tratando. Então, pelo menos esses quatro tipos de turismo eu vi.

Com relação às crianças eu passei por uma experiência interessante. Eu estava passeando na praia, na Orla, em frente ao Hotel, e comecei a conversar com duas crianças que, primeiro vieram me pedir uma "moneda". Tá na cara que eu era turista e uma moeda que eu dou de meio dólar para uma criança dessas, isso vale uma imensidão para eles, já é 1/20 de um salário de um médico. Então eu falei: - Eu não tenho, não tenho moeda, mas estou procurando essas conchas grandes (tinha umas conchas enormes ali na Orla) e se vocês me acharem conchas grandes... Aí, eles: - Claro! Mas tem bastante aqui no chão. - Eu sei que tem bastante, mas você procura, acha as mais bonitas. Vamos marcar um esconderijo, você esconde aqui, tá bom? debaixo desse ferro grande (um resto de construção) e eu volto, amanhã ou depois, porque eu estou trabalhando o dia inteiro, só posso vir aqui nuns poucos horários, deixo as moedas e levo as conchas que vocês esconderam. E aí, eles perceberam que, ...bom, uma vontade minha também de dizer assim: moeda por moeda não vou te dar moeda por moeda, mas você faz um servicinho, me acha as conchas grandes e eu te deixo as moedas. E aí, um deles me perguntou: - Como são as crianças no seu país? Aí eu digo assim: - Como assim, como são as crianças do meu país? Perguntaram da onde eu era, eu falei: - Adivinha? Arriscaram na ordem mais óbvia possível. Pri-

meiro me disseram espanhol, depois, canadense, depois italiano, que são o que mais se vê, e eu: - Não, não, não. Aí eu falei assim: - País do futebol e das belas novelas. Aí eles acertaram: - Brasil. Perguntaram como eram as crianças do Brasil. - Como assim, o que você quer saber? Como elas são, como? - Ah! Como elas são, o que elas fazem, como elas brincam? Aí eu falei: - Olha, são que nem vocês, eu tenho filhos que são que nem vocês, brincam na praia, catam conchas, empinam a pipa ou papagaio, que nem eu tô vendo crianças empinarem papagaio, gostam mais de futebol do que de Beisebol, e parei por aí. Mas a minha vontade era também de dizer, que as crianças do Brasil nem sempre têm escola, nem sempre têm leite, nem sempre têm hospital, nem sempre... Eu pensei, não, esta conversa não vou ter com eles, não. E claro que me emocionei e depois chorei. Aquelas crianças não iam tampouco entender que meus filhos podiam ganhar tênis, relógios ou bicicletas lindas e no momento seguinte serem violentamente assaltados e perdê-los.

JOSÉ LUÍS PIO ROMERA

Funcionário do Instituto de Artes, participou do "I Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba", Havana, de 21 a 25 de novembro/94. É diretor do STU e membro da Fasubra - Federação de Sindicatos dos Trabalhadores de Universidades Brasileiras.

As resoluções do Encontro foram sobre ações que ajudem na quebra do bloqueio econômico norte-americano. Estiveram presentes 3.072 participantes, de 109 países.

Quando preparava-me para viajar, contatei um sindicalista da Universidade da Bahia, que também tinha o objetivo de conhecer o cotidiano de Cuba, fora do "esquema oficial".

Lá, passamos a conviver com uma família que conhecemos através de um contato no Brasil. Eram seis pessoas: pai, mãe, avó, dois filhos e uma nora, num apartamento em Havana, no Bairro de "Sierro".

Um dos filhos estuda economia, o pai é metalúrgico, tem 30 anos de serviço, com salário de 220 pesos, na empresa metalúrgica, a qual fabrica tubulação de ar condicionado de alumínio. A fábrica está trabalhando com 30% de sua capacidade instalada, em função do bloqueio, pois não consegue importar toda a matéria-prima que precisam. Possuem maquinário obsoleto, máquina chinesa de 1950, 1960.

O cubano sobrevive de uma "livreta", que lhe dá o direito a receber alimentação, alguns insumos básicos para sobreviver. Quando estivemos em Cuba, fazia 15 dias que o governo havia efetuado algumas mudanças na economia. A principal é que Cuba passou a autorizar a formação de cooperativas agrícolas onde o

agricultor, que produz no campo, pode ir vender sua mercadoria, nos mercados populares. Isso fez com que o cubano tivesse a opção de complementar a livreta, só que, agora, comprando e pagando com o peso cubano, porque até então, só existia o câmbio negro e o mercado turista, onde tudo é em dólar. No início de novembro, antes do mercado popular, o dólar

valia 120 pesos cubanos. Quando estivemos lá, valia 45 pesos cubanos. Houve valorização do peso cubano em relação ao dólar.

No mercado, os preços de 1 libra de arroz, 1 libra de feijão, 1 libra de batata, de mandioca, de banana, estavam em torno de 8 pesos cubanos. Havia carne de ave a 23 pesos a libra, carne de porco a 45 pesos a libra e esses mercados populares têm movimento intenso.

Os cubanos não pagam água, luz, aluguel e têm lugar para morar. Então, não se pode fazer a comparação do dólar com salário que temos aqui, porque a relação, lá, é outra. O povo tem o mínimo, que o Estado fornece, tem saúde de qualidade e gratuita. E funciona de fato. Fomos até o médico de quarteirão, que atendia cerca de 700 pessoas, conhecia todo mundo e tinha o histórico da evolução de doenças de 50 anos atrás.

Visitamos um hospital cubano. Há escassez de medicamentos, material de higiene e limpeza, causando muita dificuldade. Saúde e educação têm qualidade e a população é atendida de fato. Licença-gestante é de três meses antes do parto e um ano depois, para qualquer mulher.

Fomos a uma escola primária e verificamos que a criança que come na escola, agora passou a pagar 7 pesos por mês.

Cuba não tem tecnologia para fazer cimento para poder recuperar o que o bloqueio econômico já deteriorou em termos de construção e de manutenção. Não tem favela, mas tem grandes cortiços.

O apartamento da família que nos hospedou era bom, com 100 m², dois dormitórios. Mas há dificuldade em encontrar novas moradias, agora.

A luz elétrica é gratuita mas, uma vez por semana, não tem luz (o blecaute, chamado "apagón") o dia todo.

O dono da casa, metalúrgico, contou-nos que sua televisão foi brinde do sindicato. É um sindicalismo de Estado, vinculado ao Estado e dependente. E perguntamos: e quando você quer fazer uma reclamação trabalhista? Ele falou que não tinha para quem reclamar.

Emprego tem, pelo que vimos. Transporte coletivo é que é escasso: espera-se muito tempo para ir trabalhar. E com a escassez de ônibus, vê-se muita bicicleta.

Visitamos uma igreja no centro de Havana, num sábado e vimos cerca de 12 grupos de crianças tomando aula de catecismo. A religião é livre em Havana, sem problemas: protestante, católica e outras.



Jantar em Cuba em dia de blecaute, o "apagón"

A vida noturna é intensa, mas é bastante voltada para o turista, pelo menos em Havana. Mas fomos também aos lugares que o cubano vai. A J.C. - é a organização da juventude - fazia atividades culturais, bailes para a juventude entrar de graça. Numa casa noturna, conversamos com uma dançarina, que tinha um salário de 250 pesos cubanos. Ela ia se casar com um espanhol e ia embora para a Espanha. Isso tem também aqui no Brasil, a visão de ir embora do país porque acha que é melhor.

Os Estados Unidos têm um esquema de comunicação voltado para Cuba. E tem rádio norte-americana que pega o dia todo. No cinema - que é muito barato - estava passando "Rambo". Na TV cubana, há dois canais oficiais. Eles queriam saber o final da novela brasileira que estava passando lá, mas não assistia novelas e não sabia o final. Como é muito fácil pegar a programação de TV norte-americana, por ser bem próximo, os cubanos assistiram à copa do mundo através de antena parabólica e em algumas casas, improvisaram "antenas parabólicas" de bacia.

Não encontramos ninguém que ganhasse menos de 130 pesos cubanos. A maioria das pessoas a quem perguntamos o salário, recebiam 200 ou 250 pesos cubanos. E soubemos que há privilégios para quem é do partido, do exército. Quem é do partido se aposenta com o salário integral e o metalúrgico, por exemplo, ia perder 30% do salário ao se aposentar.

Há muito turismo, principalmente, canadense e espanhol. Cuba tenta ao máximo possível atrair divisas para o país, através, atualmente, do turismo e tem gerado muita prostituição, masculina e feminina. Isso deixa o cubano indignado.

Conhecemos o CDR (Conselho de Defesa da Revolução). Cada quarteirão tem um, onde os representantes discutem os problemas do bairro, da comunidade.

Fidel Castro fez um discurso de 2 horas e meia no encerramento no evento. Durante o Encontro, Fidel ia anotando todos os questionamentos ao Regime. No encontro, não havia somente quem apoiava o Regime. E Fidel toca em todos os problemas existentes em Cuba, em seu discurso. Da prostituição à escassez de matéria prima, alimentação básica e, de certa forma, responde aos questionamentos. E fala: que país do mundo sobrevive sem ter comunicação com os outros países?

A melhor maneira que temos para ajudar o povo cubano é indo a Cuba. É levando capital estrangeiro para lá e não fazendo turismo predatório, como o turista que vai lá aumentar a prostituição.

UNIVERSIDADE

XIV Congresso da Andes-SN

ARQUIVO/ANDES-SN

XIV Congresso da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional - foi marcado por intensa programação, ocupando as manhãs, tardes e noites de 14 a 19 de fevereiro, além de um seminário de abertura realizado no dia 13, à noite.

Compareceram ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília, cerca de 280 delegados e 40 observadores representando 60 associações de docentes.

A Adunicamp esteve representada por seu presidente, professor José Ricardo Figueiredo.

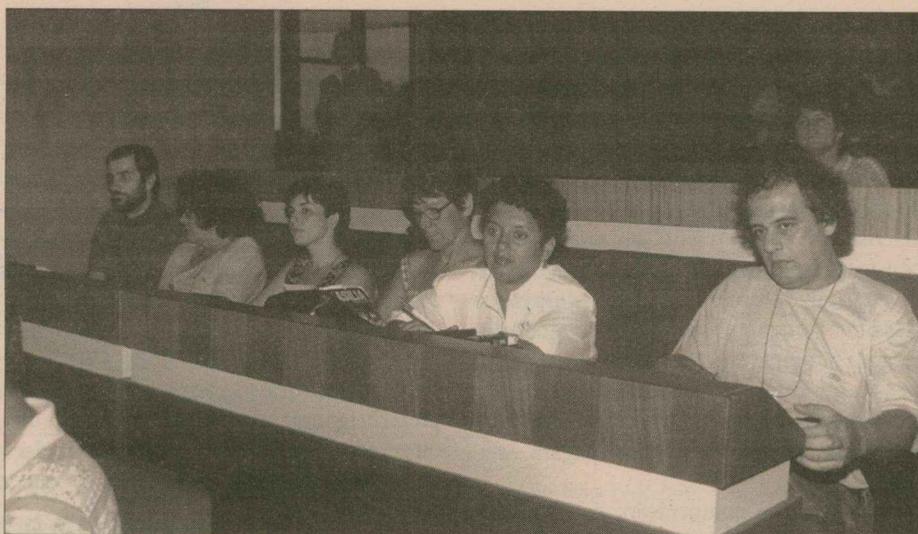
Como é tradicional na Andes-SN, as discussões sobre a situação da universidade brasileira abrangeram aspectos do sistema educacional como um todo, e dos serviços públicos em geral, dentro do contexto político atual.

Foi amplamente majoritária a percepção de que os serviços públicos se encontram sob grave ameaça de deterioração ainda maior em virtude da tendência marcadamente neoliberal do governo recém-empossado. Foram profundamente criticados, por exemplo, a orientação privatizante manifestada pelo governo nas áreas de seguridade social, incluindo aí a concepção das aposentadorias como seguro comercial e o esvaziamento do projeto do Sistema Unificado de Saúde.

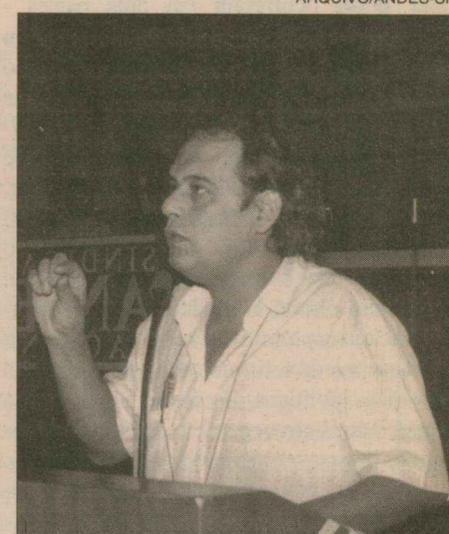
No âmbito das universidades, a proposta governamental reduz a problemática educacional ao gerenciamento da educação, ignorando as condições mínimas de trabalho que deveriam ser garantidas. A concepção governamental da avaliação das universidades, estabelecendo prêmios e méritos para os "centros de excelência", aprofunda as desigualdades que deveriam ser combatidas.

Foi também repudiado o discurso governamental que contrapõe os gastos com as universidades aos gastos com a educação de primeiro e segundo graus. Afinal, todos os níveis de ensino vêm sendo simultaneamente afetados por um tacanho economicismo. E a qualidade de ensino de primeiro e segundo graus depende da qualidade das universidades, em particular dos cursos de licenciatura, onde são formados os professores daqueles níveis.

Foi lembrado que a política de privatização das indústrias estatais fora sempre explicada pela necessidade do governo concentrar-se nas áreas sociais. Verifica-se agora, como já ocorrera gravemente no governo Collor, que a privatização, longe de transferir recursos para as áreas sociais, tem ocorrido paralelamente a um descomprometimento do governo com a educação e a saúde, cada vez mais olhados pela ótica dos mercados e da iniciativa privada.



"Bancada paulista" no Congresso da Andes-SN: Adusp, Adunesp e Adunicamp. O presidente da Adunicamp, fala no evento (à direita)



Realizado Ato Público no Senado

Além das reuniões em pequenos grupos e nas plenárias que caracterizam os congressos em geral, o XIV Congresso da Andes-SN teve uma atividade extra, que foi o Ato Público realizado no Auditório Petrônio Portela, nas dependências do Senado Federal, no dia 15/02 à tarde, coincidindo com a própria abertura dos trabalhos do Congresso.

O Ato, que lotou o amplo auditório, teve a participação de 52 deputados e 7 senadores, principalmente do PT e PC do B, mas também do PDT, PSB, PPS, PTB e PSDB, bem como de 48 entidades representativas da sociedade civil.

Mesmo os parlamentares ausentes ao ato receberam uma Carta da Andes-SN, subscrita por outras entidades, chamando a atenção para os problemas da educação brasileira e conclamando-os a aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, em tramitação no Congresso.

Cabe fazer uma referência à ausência de repercussão do Congresso da Andes-SN junto à grande imprensa. Pequenas notas depreciativas. O Ato Público realizado no Congresso Nacional, por exemplo, mereceu do Correio Braziliense uma notícia com o título "Professores fazem barulho no Congresso", barulho que na verdade se constituiu em diversas falas empolgadas em defesa do ensino e muitos aplausos emocionados. A imprensa nacional, entretanto, ignorou o Congresso, mas divulgou as falas do Presidente Henrique Cardoso criticando as universidades como sumidouros de verbas públicas e acusando os ativistas sindicais de fazerem "nhe-nhe-nhem".



Abertura do Congresso da Andes-SN: presença de personalidades

Resoluções do XIV Congresso da Andes-SN

EIXOS BÁSICOS

Os professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras, reunidos em Brasília no XIV Congresso da Andes-SN, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, aprovam para conduzir em conjunto com os trabalhadores e movimentos sociais, os seguintes eixos centrais de luta para o próximo período:

- 1- a defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de qualidade em todos os níveis;
- 2- a construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC;
- 3- a defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal;
- 4- a defesa do serviço público e o controle democrático desses serviços pela população;
- 5- a luta pela democratização dos meios de comunicação;
- 6- a defesa da independência de classe das organizações dos trabalhadores contra a cooptação governamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio a Cuba;
- 7- a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania;
- 8- a luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

POLÍTICA ECONÔMICA

JAPÃO, MÉXICO E GERENCIAMENTO DE CRISE

Iran Ferreira Machado*

Em meados de janeiro, a mídia do mundo inteiro dedicou bastante espaço a graves problemas que ocorreram em dois países - Japão e México. O primeiro, um dos países mais ricos do mundo (PIB superior a 5 trilhões de dólares), foi severamente castigado por um terremoto de intensidade 7,2 na escala Richter, com duração de apenas 20 segundos. O outro país - o México - era considerado, até o mês de dezembro último, o modelo de país latino-americano em termos de reestruturação de sua economia e de reformulação eficaz de suas diretrizes políticas, de modo a ser aceito como o mais novo membro do NAFTA. Em ambos os casos, as mais altas autoridades dos respectivos governos não dispunham de instrumentos para prever, com a antecedência devida, fenômenos catastróficos que vieram bruscamente abalar o dia-a-dia desses dois países.

No mundo globalizado em que vivemos, os acontecimentos do Japão e do México não são fatos isolados, mas se propagam segundo ondas que vão inexoravelmente afetar a vida e a economia de outros países. Segundo a revista *Time* (edição de 23.01.95), a crise mexicana já reverberou nas bolsas da Suécia e de Hong Kong. No início de fevereiro, o Diretor-Geral do FMI adverte que "a crise mexicana é mundial, porque o mundo financeiro, que se converteu em global e mais livre, é agora mais volátil e perigoso" (*Folha de São Paulo*, 11.02.95). Por outro lado, o terremoto do Japão põe em alerta investidores de todo o mundo nas principais praças financeiras. Os principais índices da Bolsa de Tóquio caíram ao seu nível mais baixo nos últimos doze meses, de acordo com o *Financial Times* (edição de 20.01.95). Os investidores institucionais e estrangeiros estão vendendo ações de empresas do setor eletro-eletrônico, voltadas para exportação,

abalos sísmicos. As cenas dantescas da cidade de Kobe, mostradas na televisão, revelam de modo irrefutável que todo o conhecimento atualmente disponível no Japão ainda é insuficiente para evitar tantas perdas materiais e, principalmente, minorar tanto sofrimento humano, em particular as fatalidades (mais de 5.000 mortes). Os avanços da engenharia civil japonesa na construção de casas, edifícios e obras de infra-estrutura, ainda deixam muito a desejar, conforme qualquer leigo pode observar. A destruição foi mais intensa nas áreas da cidade cujo subsolo é poroso, constituído por terrenos arenosos. Neste caso, durante o tremor esses terrenos assumem a constituição próxima de uma gelatina (fenômeno

conhecido como *liquefação*), não suportando edificações ou estruturas que estão acima. Os riscos e os prejuízos são menores em construções sobre rocha sã. Ao visitar o local da tragédia, o Primeiro Ministro Murayama classificou o acontecimento como "terrível e além da imaginação". As primeiras estimativas levam à cifra de US\$80 bilhões para a reconstrução das áreas afetadas. De onde virá esta soma gigantesca? Quem pagará esta conta?

Para fins de comparação, os desastres naturais nos Estados Unidos apresentam os custos que seguem (média anual, seg. dados do U.S.A. *National Report*, 1992):

- ✗ terremotos: podem causar perdas anuais de US\$1 bilhão; entretanto, um único terremoto tem o potencial de matar, produzir ferimentos e deslocar milhares de pessoas, incluindo perdas econômicas diretas superiores a US\$50 bilhões;
- ✗ enchentes: apresentam perdas médias de US\$4 bilhões;
- ✗ furacões e tornados: causam perdas médias de US\$2 bilhões;
- ✗ deslizamentos de terra: média de US\$2 bilhões;
- ✗ incêndios em áreas rurais ou urbanas: prejuízo não quantificado;
- ✗ erupções vulcânicas: não quantificado;
- ✗ secas: não quantificado;
- ✗ vagas oceânicas (tsunamis): não quantificado.

É evidente que uma conta de US\$80 bilhões significa muito pouco para o PIB japonês, porém aí não estão contabilizados o sofrimento humano, a perda de entes que-

ridos e a geração súbita de crianças órfãs. Muito grave, também, é o fato de que alguns desastres naturais, mormente os terremotos e as erupções vulcânicas,

continuam desafiando a ciência quanto à sua previsibilidade. As técnicas de *forecasting* ainda não conseguem surtir o efeito esperado pela sociedade. Há que se chamar a atenção de que, se a história geológica da Terra fosse compactada para a escala de um ano, o ser humano teria aparecido no dia 31 de dezembro. Pior ainda, somente neste século, a ciência começou a dispor de ferramentas relativamente precisas para monitorar o planeta. Isto significa que os dados de observação direta da natureza pelo homem são escassos demais para permitir a elaboração de modelos confiáveis, relativos a alguns fenômenos naturais periódicos (quando e onde vai ocorrer o próximo terremoto devastador?).

Vale lembrar que o esquema "just-in-time", uma das pérolas da revolução japonesa no mundo empresarial, saiu arranhado neste episódio. A Toyota teve de dar assistência de emergência aos seus fornecedores, forçados a paralisar a produção em consequência do terremoto na região de Kobe. Ou seja, no país mais vulnerável a terremotos a indústria preferiu ignorar este detalhe, até certo ponto, ou acreditou demais nos padrões estabelecidos pela construção civil. Sabe-se que o seguro contra danos derivados de terremoto é proibitivo. Na região de Kobe somente 3% da população dispunha de tal seguro, provavelmente em conse-

A avaliação de riscos, auxiliada por exercícios de simulação, desempenhará papel fundamental para a tomada de decisão nas diferentes esferas do governo.

quência de ser considerada uma área de baixo risco sísmico. Em Tóquio, este percentual sobe para 16%, cobrindo 800.000 domicílios, o que não é muito para um país rico. Alguns sismólogos japoneses reconhecem que existe uma probabilidade de 1:5 para acontecer um terremoto devastador em Tóquio antes do final da década. Observa-se que qualquer planejamento individual, empresarial ou governamental traz embutido o sentimento de otimismo comum no ser humano, até que haja prova em contrário. Pode-se perguntar: Até que ponto o otimismo convencional das autoridades acarreta um ônus indesejável assumido pelas classes menos protegidas? É válido abrir-se uma discussão sobre a ética do otimismo dos formadores de opinião?

Este mesmo sentimento de otimismo contagiou as autoridades mexicanas, como também autoridades e técnicos do Banco Mundial e do FMI, quanto ao desempenho da economia mexicana nos anos mais recentes. Embora não se trate de um fenômeno natural, porém de natureza sócio-econômica, o seu grau de previsibilidade ou imprevisibilidade se torna um assunto muito polêmico. Os otimistas inveterados apostavam que o México havia encontrado finalmente a rota do desenvolvimento, enquanto os pessimistas ponderavam que acontecimentos como a rebelião de Chiapas e o atentado contra o eventual sucessor do Presidente Salinas de Gortari sinalizavam para alguns problemas que estavam por vir. Ou seja, o sucesso da economia mexicana baseado numa âncora cambial, acoplada a investimentos de curto prazo (capital volátil), poderia ser muito efêmero. Muitos analistas alertam para o perigo de que muitas economias emergentes, incluindo o Brasil, podem se tornar reféns do capital especulador, conhecido nos Estados Unidos como a "casino society". Enquanto a revista *Time* (edição já referida) traz na sua capa um

subtítulo referente ao "pânico financeiro na América Latina", o otimismo convencional volta a ser provalado. Quais as lições que podem ser aprendidas com esses dois tristes episódios? Quais são os seus sinais precursoros? Irá o Japão investir mais em investigações sobre previsão de terremotos? Ou colocará a questão nas mãos de Deus e/ou Buda? Terão as autoridades mexicanas aprendido que os problemas sociais devem ser solucionados em paralelo com a retomada do desenvolvimento? Ou preferem varrer as coisas desagradáveis para o fundo do tapete?

À luz da complexidade do mundo moderno, grandes organizações e, principalmente, a cúpula dos governos não podem prescindir de uma assessoria permanente, e não "ad hoc", voltada para aspectos relativos a gerenciamento de crise. Grandes empresas transnacionais vêm evoluindo nesta direção. Sem se envolver com a rotina dos ministérios, esta assessoria iria examinar cenários diversos, otimistas e pessimistas, acerca do desempenho de áreas do governo com importância estratégica para o bom funcionamento da máquina governamental (economia, saúde, educação, emprego, previdência, habitação, etc.). A avaliação de riscos, auxiliada por exercícios de simulação, desempenhará papel fundamental para a tomada de decisão nas diferentes esferas do governo. Não há dúvida de que esta sistemática já vem sendo utilizada, porém de modo mais ou menos improvisado e "ad hoc", tanto no Brasil, como em outros países em desenvolvimento. O que se pretende aqui é incentivar a criação de estruturas mais permanentes, dotadas de enfoque sistêmico, multidisciplinar, de modo a tentar evitar ou, então, minimizar as armadilhas que conseguem pôr em situação de crise nações como o Japão, ou o México, para citar estes dois exemplos bem recentes. Não existem fórmulas mágicas para a busca de soluções de tão complexos problemas. O exemplo do Japão é mais complexo ainda porque envolve o seu meio físico, que é imutável. É mister reconhecer que se trata de uma longa e complexa tarefa, mas algo tem de ser iniciado com tal finalidade. Do contrário, estaremos todos, japoneses, mexicanos, brasileiros e outros seres humanos sempre sujeitos a uma seqüência indesejável de *bad surprises*.

* Professor do Departamento de Administração e Política de Recursos Minerais (Instituto de Geociências) e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gerenciamento de Crise da UNICAMP.

OPINIÃO

DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA OU DA NOVA (DES)ORDEM INTERNACIONAL

Ricardo
Antunes*

Vivemos numa época marcada por uma aguda crise e inúmeras mistificações. Valores, concepções, ideários, todos eles moldados por manipulações que penetram com enorme intensidade em milhões de consciências e cuja finalidade é mascarar a dimensão aguda da crise contemporânea. Duas delas parecem-me mais nefastas e são justamente aquelas para as quais as respostas têm se mostrado absolutamente insuficientes, ao menos quando se pensa nas grandes maiorias trabalhadoras. A primeira delas, responsável pelo entendimento que se propagou, a partir da derrocada do Leste em 1989, com o desmantelamento da ex-URSS e praticamente de todos os países que compreendiam o equivocadamente chamado "bloco socialista". A segunda é a crença da vitória do capitalismo que teria, com a derrota do Leste, criado as condições para sua "eternização".

Começemos pelo Leste Europeu. O colapso vivenciado em 1989 não significou o fim do socialismo mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco, sendo minada e subordinada à lógica histórico-mundial do capital. Uma revolução singular, que contava com sua expansão para o Ocidente para que pudesse sobreviver, viu tolhido este caminho, restando-lhe a expansão para o Oriente, para os países atrasados, de origem colonial. Apesar de seus traços internos anti-capitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais valia acumulados privadamente, a lógica mundializada do capital (e do mercado), acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas que vivenciam a partir de 1989, com a ex-URSS à frente, um processo de regressão ao capitalismo.

O reino da escassez, o atraso tecnológico, a permanência de uma divisão do trabalho só parcial e limitadamente modificada e a dependência financeira crescente ao capital internacional, são algumas das muitas manifestações da crescente subordinação dos países do Leste Eu-

ropeu à lógica do sistema produtor de mercadorias em escala internacional. O caso chinês, por vezes citado como exemplo de "persistência do socialismo" é uma clara expressão do que oferecemos acima: está cada vez mais articulado econômica e externamente com o sistema mundial produtor de mercadorias, ainda que fundado internamente em mecanismos e

relações predominantemente não-capitalistas, garantidos por uma autocracia partidária e estatal de feição neostalinista, o que

O colapso vivenciado em 1989 não significou o fim do socialismo mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco, sendo minada e subordinada à lógica histórico-mundial do capital.

tem possibilitado, até o presente, o "sucesso" econômico deste modelo.

Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste mostraram-se incapazes de romper com a lógica do capital. Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados pela lógica do capital mundializado. De modo que a tentativa de transição intentada para o socialismo não foi capaz de romper a lógica do capital, constituindo-se em sociedades híbridas, nem capitalistas e nem socialistas - assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história - e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo. Desse modo, uma postulação essencial de Marx - sobre a necessidade de generalização das revoluções sociais num plano histórico-universal e da impossibilidade do "comunismo local" - foi confirmada e não negada com o desmoronamento do Leste.

O que desapareceu com o fim da URSS não foi o socialismo, mas uma tentativa de transição que não pode se efetivar e que poucos anos após o seu início, foi adicionada por outro elemento essencial, subjetivo, dado pela barbárie stalinista, que ditatorialmente consolidou um "socialismo num só país" que de fato nunca existiu.

II

A outra mistificação, ainda mais forte que a primeira, é aquela que faz a apologia do capitalismo, "eternizado" a partir do desmoronamento do Leste Europeu. A derrota deste seria a consolidação da vitória do capitalismo, na sua feição neoliberal. Porém, ao mesmo tempo em que esta proposição é enormemente difundida, a crise penetra no centro dos países capitalistas, numa intensidade nunca vista anteriormente. A lógica do sistema produtor de mercadorias acentuou em tal intensidade a concorrência inter-capitalista que converteu a busca da "produtividade", da "modernidade", em um processo autodestrutivo que gerou, entre outras consequências nefastas, a criação sem precedentes de uma sociedade de excluídos, não só nos países de Terceiro Mundo, mas no coração dos países avançados. O salto tecnológico tem ocasionado a desmontagem de inúmeros parques produtivos que não conseguem acompanhar a lógica perversa da "produtividade". Isto se dá porque o capital é, como disse Mézáros, totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos. Consolida-se uma lógica de produção essencialmente

destrutiva, onde o valor de uso das coisas é subordinado ao valor de troca.

A outra mistificação, ainda mais forte que a primeira, é aquela que faz a apologia do capitalismo, "eternizado" a partir do desmoronamento do Leste Europeu. A derrota deste seria a consolidação da vitória do capitalismo, na sua feição neoliberal.

As consequências desta lógica destrutiva, desencadeadas num contexto globalizado, são por demais evidentes, conforme evidenciou recentemente Kurz: o que caracteriza a próxima fase do capitalismo é a destruição de regiões inteiras, uma vez que núcleos industriais foram derrotadas na concorrência dos mercados e não mais acompanham a corrida da produtividade.

Fenômeno este que não se restringe aos países do Terceiro Mundo industrializado e intermediário como o Brasil, mas que penetra também em países centrais, que estão se mostrando incapacitados de acompanhar a corrida tecnológica. A Inglaterra talvez seja o caso mais gritante.

Os EUA sentem diretamente este processo, respaldando-se em seu expressivo mercado interno. Japão e Alemanha, países considerados "vitoriosos", também não têm, como lembra Kurz, como escapar desta lógica destrutiva, uma vez que estão financiando, há muito tempo e em dimensões incalculáveis, as economias da OCDE derrotadas na concorrência que estão, conseqüentemente, acumulando dívidas insolúveis.

A experiência recente dos países asiáticos, como Coréia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, são irrealizáveis em países de dimensão continental; em sua maioria, são pequenos países que não conseguiram sequer desenvolver um mercado interno e dependem diretamente do Ocidente para desenvolver sua industrialização para exportação. Não se constituem, portanto, em alternativa a ser seguida e viabilizada pelos países continentais do Terceiro Mundo.

Desse modo, a crise que antes atingia o Terceiro Mundo, depois de destruir o Leste Europeu, avança em direção ao centro. A lógica desigual que configurou as relações entre países do centro e do Terceiro Mundo penetra no interior do Ocidente avançado. A miserabilidade presente nas grandes capitais, o desemprego estrutural, a desindustrialização de inúmeros parques produtivos, são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista. De modo que, de expectador privilegiado da crise no Terceiro Mundo e posteriormente no Leste Europeu, o centro torna-se o cenário principal, vivenciando em seu interior dimensões tão explosivas e críticas quanto aquelas que antes ficavam restritas ao Sul. Confrontos recentes como a explo-

são de Los Angeles e a paralisação geral dos trabalhadores da Itália, são apenas alguns tímidos sinais do que pode acontecer no centro nervoso do capital. Por tudo isso, nesta "nova" contextualidade mundial, que vai da rebelião de Chiapas à bancarrota espetacular da mais tradicional casa bancária da Inglaterra, a Barings, apregoar a "vitória" do capitalismo só pode ser entendido como mais um brutal exercício de manipulação.

*Ricardo Antunes é Professor Livre-Docente em Sociologia no IFCH-UNICAMP e autor, entre outros livros, de A Rebelião Do Trabalho (Ed. da Unicamp) e Adeus ao Trabalho? (Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho), no prelo pelas Ed. Cortez/Ed. Unicamp, do qual este artigo retoma idéias.

POLÊMICA

No início do ano, ao assumir o cargo, o ministro da Educação Paulo Renato Souza anunciou suas metas à frente do Ministério, as quais foram amplamente divulgadas pela grande imprensa. Entre as de maior impacto, figura a promessa de - até o fim do atual governo - acabar com o vestibular, adotando em substituição um sistema de ingresso à universidade semelhante ao norte-americano.

Em termos gerais, a mudança principal contida na proposta do ministro seria a instituição de um "exame nacional" a ser aplicado pelo governo nas escolas de segundo grau, como forma de avaliar o conhecimento do estudante ao final do curso. Com o resultado obtido nesse exame, o aluno pleiteia vaga na universidade em que pretende estudar, cabendo à instituição aceitar ou não seu ingresso.

Ao comentar sua proposta, Paulo Renato teria dito à imprensa que "O governo não deve impor um sistema único. A universidade deve ter autonomia para adotar seu próprio modelo", conforme divulgaram os jornais.

Reproduzimos abaixo as primeiras impressões de personalidades ligadas ao assunto, publicadas nos jornais. Leia, em seguida, o que pensam entidades da Unicamp sobre a mudança proposta.

O FIM DO VESTIBULAR:

a) () Melhor

b) () Pior

c) () N. d. a.

REPERCUSSÃO

☞ "Qualquer tentativa no sentido de democratizar o acesso à universidade deve ser estimulada." José Martins Filho, Reitor da Unicamp (Folha de S. Paulo - 04/01/95)

☞ "Qualquer alteração no vestibular é paliativa quando não se promove uma melhoria efetiva no ensino de 2º grau." - Maria Thereza Fraga Rocco, Professora da Fac. de Educação da USP (O Estado de S. Paulo - 13/01/95)

☞ "O número de vagas oferecidas pelas universidades continuará a ser menor do que o de candidatos. Se 30 mil alunos tirarem a maior nota na prova nacional, e todos quiserem cursar Medicina na Unicamp, teremos que selecioná-los de algum modo." Jocimar Archangelo, Coordenador Geral do Vestibular da Unicamp (Correio Popular - 22/01/95)

☞ "Com o ensino de hoje nas escolas públicas, as vagas ficariam com os estudantes dos colégios particulares." Gilberto Selber, Reitor da Puccamp (Diário do Povo 04/01/95)

☞ "Dá possibilidade de se discutir alternativas de ingresso à universidade." - Antônio Manuel dos Santos Silva, Vice-Reitor da Unesp (O Estado de S. Paulo - 13/01/95)

☞ "Não é fácil, mas não é impossível que uma família pobre, fazendo um esforço gigantesco por um ano, crie as condições para que um filho seu faça o cursinho e passe no vestibular. Mas a mesma família não poderia fazer o mesmo sacrifício através dos muitos anos que o estudo em colégios de elite exigem. O sistema americano é mais elitizante que o atual sistema de vestibulares." Rubem Alves, Professor de Filosofia da Educação/Unicamp (Artigo "O fim dos vestibulares" - Folha de S. Paulo - 06/02/95)

☞ "O Brasil não tem um sistema único de educação que permita condições equilibradas de disputa por uma vaga na universidade. São realidades diferenciadas de região para região. Nesse sistema, o estudante de segundo grau que vem da es-

cola pública continuaria longe dos bancos de uma universidade pública. Nesta situação, só vai mudar o nome do vestibular, que passará a atender pelo nome de 'exame único'." Fernando Gusmão, Presidente da UNE (Artigo "O governo não passou no vestibular" - Folha de S. Paulo - 06/02/95)

☞ "Todo aperfeiçoamento do vestibular é bem-vindo." - Flávio Fava de Moraes, Reitor da USP (O Estado de S. Paulo - 13/01/95)

STU - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Pela "vaga social"

"Tendo em vista a meta do ministro da Educação, Paulo Renato Costa de Souza, de alteração no vestibular, baseando-se no sistema americano, os trabalhadores da Unicamp em seu último Congresso, realizado em dezembro/94, deliberou pela luta em defesa da chamada "vaga social" para os egressos da escola pública.

No contexto das discussões do Congresso, essa medida foi tomada paliativamente, como um mecanismo de pressão pela mudança do atual sistema, altamente excludente e elitista.

Na opinião dos congressistas, as mudanças de fundo na educação deverão passar pela reestruturação do ensino básico e a garantia da escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis."

DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

O fim do Vestibular

Afinal, e parece óbvio, mas a que serve o vestibular? Selecionar os estudantes mais aptos a freqüentar e receber a formação profissional em uma universidade. O que se vê, com a clareza da luz do meio-dia, é que os mais aptos são os oriundos de famílias de maior poder aquisitivo, e que tiveram acesso ao ensino de 1º e 2º graus de qualidade, em escolas particulares.

O "novo" modelo que o ministro Paulo Renato quer implementar, consiste em um exame nacional aplicado nos concluintes do 2º grau e que seria classificatório, ou seja, os de melhor classificação entram nas melhores universidades.

Este é o modelo americano, muito bem representado no filme "Sociedade dos Poetas Mortos". Para entrar nas grandes universidades, as famílias pagarão caro o ensino do 2º grau. Como consequência, menos famílias poderão pagar.

Os cursinhos, que neste modelo seriam extintos, se transformarão rapidamente em escolas particulares ou em universidades particulares.

E a justiça social, senhor ministro? Deixemos as novidades para mais tarde. O Ministério da Educação tem o dever de reestruturar o ensino de 1º e 2º graus, de qualidade, no Brasil. Mãos à obra!"

APG - ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUANDOS

Um salto na jugular?

Considero um possível fim do vestibular como um dos melhores, senão o melhor, ataques institucionais, de alta visibilidade ao ensino lixo do Brasil. A sua eficácia é a maior prova de sua ineficiência. Conseguiram transformá-lo em um produto high-tec e mostrar que, quando há interesses e concentração, é possível transformar o ensino.

A realização de "exame nacional" possibilitará transformar as escolas em responsáveis pelo êxito de seus alunos, deslocará o eixo de atenção para a formação dos estudantes e fortalecimento do ensino básico.

Sempre há poréns e um deles reside na fome de técnicos do setor produtivo. Se for apenas para isso, a reforma será um amesquinamento de uma boa idéia!" - Antonio Carlos Drummond Monteiro de Castro - Presidente da APG